

Ata nº 10 (dez) da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Rio Vermelho/MG. No dia 04 (quatro) do mês de maio de dois mil e vinte um, no salão do Plenário da Câmara Municipal de Rio Vermelho, situado à Rua João Antônio Carvalhais, nº 351, Centro, neste Município de Rio Vermelho, sob a Presidência do Vereador Jairo Claudino de Souza Câmara Filho, reuniram-se no plenário da câmara os Vereadores do Município de Rio Vermelho para mais uma reunião ordinária obedecendo todos os protocolos de prevenção á COVID-19. Nos termos do artigo 154 a 157 do Regimento Interno, o Presidente declarou aberta a reunião, constando em livro próprio a presença e assinatura dos seguintes Vereadores: André Luiz Lourenço, Claudomiro Alves da Silva, Daniel Francisco de Souza, Dilton Antônio Simão, José Felipe Martins, Lourdes Aparecida de Jesus Lomba, Marcone Aparecido Ferreira dos Santos e Maria Aparecida Alves da Silva. Neste instante o Presidente solicitou à Secretária da Mesa, Vereadora Lourdes Aparecida de Jesus Lomba, que realizasse a leitura da ata da reunião anterior, a qual, após lida, e com observação da Vereadora Lourdes Aparecida de Jesus Lomba, explicando a alternância da ordem dos comentários entre ela e o vereador José Felipe Martins, e o momento em que ela parabeniza a vereadora Cida sobre o êxito no Projeto de aprovação sobre o encaminhamento do promotor em relação à aprovação de equipes

multifuncionais de psicólogos e assistentes sociais nas escolas do município, a ata restou aprovada por toda a Edilidade. Inicialmente o Presidente solicitou a Secretária da Mesa que realizasse a leitura das matérias de expediente, a mesma apresentou a Indicação nº008/2021 de autoria da Vereadora Maria Aparecida Alves da Silva destinada ao Chefe do Poder Executivo onde solicita um estudo técnico na estrutura de duas pontes urbanas que cortam nosso Município, as duas no Bairro Ponte. Continuando foi apresentada o Projeto de Lei nº 013/2021 de autoria do vereador José Felipe Martins que “Dispõe sobre denominação conferida a logradouro público no Distrito de Pedra Menina, neste Município de Rio Vermelho/MG, e dá outras providencias”. Em seguida a palavra foi cedida a Sra. Vivian Pinheiro, que veio representando o Poder Executivo para apresentar breve relatório dos trabalhos desenvolvidos nestes últimos dias. Ela fez o seguinte relato: A secretaria municipal de saúde vem informar que já se iniciou a campanha de vacinação da influenza, no que diz respeito à vacinação contra a covid-19, estão sendo vacinadas as faixas etárias de 60 a 64 anos com 1º dose e as demais faixas etárias que já tomaram 1º dose. Estão sendo vacinada com a 2ºdose de acordo com os critérios do ministério da saúde e de doses recebidas. O Prefeito Markão juntamente com o secretário de obras Agnaldo informa que, além dos trabalhos

apresentados na última sessão, também foram realizados em abril várias manutenções de ruas do Município, sendo nas redes fluviais, de esgoto, bloquetes e também limpeza de entulhos. A Secretária de Assistência Social informa a realização de vários atendimentos á famílias em vulnerabilidade social, em parceria com a Secretaria Municipal de Agricultura através do PAA – Programa de Aquisição de Alimentos, sendo também essas famílias atendidas no Programa de Proteção Social. A secretária de Educação informa que em cumprimento ao calendário escolar, a secretaria tem garantido a entrega do material impresso de estudo aos alunos das redes municipal e estadual na zona rural e urbana, dentro outras atividades. A Secretaria Municipal de Administração informou que a equipe de licitação tem trabalhado para atender às diversas demandas existentes no município, já existindo editais publicados para atender algumas demandas, bem como está em fase de cotação outras serviços essências. O Secretário de Cultura informa que se encontra em andamento a Revitalização do cemitério municipal e a Elaboração do Plano Municipal de Sinalização Urbana e Turística. Ato contínuo, o Presidente prestou homenagem póstuma ao Senhor Modestino Carvalhais, deixando seu abraço a servidora Tatiane Carvalhais e demais familiares. Seguindo, a palavra foi cedida aos vereadores para manifestação. Com a palavra o vereador Claudomiro Alves

da Silva informou que antes dessa reunião, os mesmos se reuniram com o Prefeito e Secretário de Obras e nesta reunião foi tratado sobre a possibilidade da câmara fazer uma devolução ao Executivo para custear a manutenção das estradas, uma vez que o Município é muito grande e por isso a ajuda financeira da Câmara seria essencial. Com a palavra o vereador Daniel Francisco de Souza agradeceu a Secretaria de Saúde e ao Prefeito Markão pelo apoio dado ao seu primo que se envolveu em um grave acidente e está em Diamantina. Com a palavra o vereador Dilton Antônio Simão iniciou agradecendo a população pelo apoio e boa recepção que estão tendo com ele. Disse que foi procurado pela população solicitando informação sobre: serviço de iluminação pública, solicitação de processo seletivo para agentes comunitários de saúde de algumas regiões. Em relação ao problema da CEMIG, o fato se deu porque a empresa prestadora teve o contrato finalizado, sendo que outra empresa estará em breve realizando esta atividade. Em relação aos agentes de saúde disse que foi informado pelo secretário de Saúde que em breve será organizado um processo seletivo para contratação de novos agentes de saúde. Com a palavra o vereador José Felipe Martins que iniciou agradecendo a secretaria de Assistência Social que em muito estão ajudando a várias famílias carentes do nosso Município, pois nesse tempo de pandemia precisamos nos unir para socorrer

os mais necessitados. Com a palavra a vereadora Lourdes Aparecida de Jesus Lomba que iniciou parabenizando a todos os trabalhadores e trabalhadoras do nosso Município que a cada dia lutam com mais força para dar o sustento a sua família. Continuando manifestou o pedido da população pela manutenção das estradas e também das ruas da nossa cidade. Disse que entende que a demanda é imensa, porém reforça o pedido público ao Prefeito que dê prioridade a estas questões. Disse ainda que nos próximos dias receberão dos deputados: Marquinhos Lemos, Dr. Jean e Leonardo Monteiro Emendas que serão destinadas a melhorias de nossa cidade. Com a palavra o vereador Marcone Aparecido dos Santos agradeceu ao Executivo e secretário de obras pela manutenção das estradas do Brejinho, que ficou muito boa. Em relação a CEMIG, disse que sua região esta sofrendo muito com a falta de manutenção e afirmou que a colega Cida está tentando agendar uma reunião com os responsáveis em Itabira, mas em razão da pandemia esta um pouco difícil essa reunião, porém assim que possível eles irão levar pessoalmente essas demandas para possível solução. Com a palavra à vereadora Maria Aparecida Alves da Silva disse sentir satisfeita em ter a câmara unida em relação à solução do problema dos agentes de saúde. Ela disse que fez um ofício solicitando essas informações e afirma estar feliz por saber que os colegas Dilton e Lourdes

também estão empenhados nesta questão. Disse que na reunião anterior á esta, ocorrido neste dia de hoje ás 17 horas, estando presentes o prefeito, o secretário de obras e demais vereadores, com exceção de Dilton e Lourdes que não puderam estar presente porque estavam em reunião á serviço da escola que os dois atuam diretamente como funcionários. Aproveitou ainda a oportunidade para falar com o Prefeito sobre os agentes de saúde, e foi informada que agora após a onda roxa será possível fazer o processo seletivo para essas contratações. Dando continuidade aos trabalhos, o Presidente solicitou à secretaria que realize a leitura das matérias da Ordem do dia. Informou que consta a deliberação em primeiro turno de votação dos projetos de Lei nº Projeto de Lei nº 004/2021 que “Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder revisão geral à remuneração dos servidores ativos e inativos do Poder Executivo Municipal, e dá outras Providencias”; Projeto de Lei nº 008/2021 que “Altera a Lei nº 1.300, de 16 de outubro de 2018, para modificar a quantidade de membros do Conselho Municipal dos Direitos da pessoa com Deficiência (CMDPD)”; Projeto de Lei nº 010/2021 que “Dispõe sobre a revisão geral anual das remunerações dos servidores efetivos da Câmara Municipal de Rio Vermelho/MG para o exercício de 2021 e da outras providencias”; Projeto de Lei nº 011/2021 que “Dispõe sobre a denominação conferida aos

logradouros públicos localizados no Povoado de São Gregório, neste Município de Rio Vermelho/MG, e da outras providencias”;

e Projeto de Lei nº 012/2021 que “Altera a Lei nº 1.093, de 02 de setembro de 2009, que dispõe sobre o plano de cargos e salários dos servidores da Câmara Municipal de Rio Vermelho, e dá outras providências”. Iniciando o Presidente solicitou à secretária que realizasse leitura do parecer advindo das comissões permanentes. Após a leitura do parecer favorável da comissão, foi colocado em votação o Projeto de Lei nº 004/2021, sendo aprovado em primeiro turno por todos os vereadores presentes. Neste instante o Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 008/2021, porém antes solicitou à secretaria que realizasse a leitura do parecer advindo da comissão permanente. Após a leitura do parecer favorável o projeto 008 foi aprovado em primeiro turno por todos os vereadores. Seguindo com os trabalhos, foi colocado em votação o Projeto de Lei nº 010/2021, também antes foi realizada a leitura do parecer advindo das comissões permanentes. Após a leitura do parecer favorável, o Projeto 010 foi colocado em votação e aprovado por toda a Edilidade. Seguindo colocou em votação o Projeto de Lei nº 011/2021, antes foi realizada a leitura do parecer advindo das comissões permanentes, após leitura favorável do parecer o Projeto foi aprovado por todos os vereadores presentes. Colocado

em votação o Projeto de Lei nº 012/2021, antes foi realizada a leitura do parecer advindo das comissões permanentes que se fez favorável ao projeto pela maioria de seus membros, se opondo ao projeto à vereadora relatora da comissão Maria Aparecida Alves da Silva. Neste instante o Presidente usou da palavra para explicar aos Munícipes que nesta Casa existe o quadro de funcionários, onde existe o cargo de motorista que não é utilizado, esse projeto tem a intenção de modificar o quadro de funcionários e se dá pela necessidade de ter nesta Casa o Jovem Assessor Aprendiz, porém em razão da Lei 173, afirmando que este ano está impossibilitado de criar novos cargos pelo estado de calamidade pública, advindo com a pandemia da COVID 19. Diante disso, ele disse que o Ministério Público indicou essa troca de funções no quadro de funcionários, retirando o posto de motorista e colocando o cargo de Assessor Parlamentar. Portanto, disse que esse projeto é a porta de entrada do Jovem Aprendiz nesta Casa. Ele também ressalta que de forma gentil e educada em parceria com a ASPROM está elaborando um projeto para que passe pela vistoria dos nobres colegas da casa, porém para poder empregar esses dez jovens é preciso trocar as funções do quadro de funcionários, porque assim poderemos dar início ao sonho de empregar jovens e dar oportunidades a eles. Continuando, fez um desabafo afirmando que foi atacado em rede social sobre alegação de ter

feito licitação de maneira escusa e sombria, mas está como Presidente de forma educada, lúcida e fiel para responder qualquer munícipe de Rio Vermelho sobre as tratativas desta Casa, e em relação às publicações em redes sociais, todos que quiserem poderão vir á esta Casa que serão sanadas todas as dúvidas. Disse aos colegas que não está aqui contra ninguém, mas que uma casa dividida não é boa para ninguém, quem pensa em Rio Vermelho pensa em um todo, não em picuinhas políticas. Finalizando disse que este projeto 12 é o início para que até o mês de agosto a Casa possa ter dez jovens de 14 a 24 anos trabalhando pelo projeto Jovem Aprendiz. Em seguida, o vereador Dilton Antônio Simão pediu vista ao Projeto 12 para que possa ser rediscutido tal projeto, devido a sua grande importância. Com a palavra o Assessor Jurídico informou que este pedido de vista se adequa ao Regimento Interno uma vez que não se iniciou a votação do referido projeto. Indagou o Presidente se existe algum vereador contrario ao pedido de vista do colega. O vereador José Felipe Martins ressaltou que este projeto 12 trata de apenas um cargo, e a questão do Jovem Aprendiz se trata de outro projeto. Disse o Presidente que o projeto Jovem Aprendiz exige a necessidade de ter o cargo de Assessor Parlamentar configurado no Regimento Interno para assegurar legalidade na Casa, por isso diante de uma conversa amigável no Ministério Público foi

indicado à modificação deste quadro de funcionários. Com a palavra a vereadora Maria Aparecida Alves da Silva disse que a respeito de ter votado contra no parecer do Projeto 12, ela estudou muito a lei 173 e também outros pareceres pela internet sobre este assunto, onde entendeu que essa troca de um cargo pelo outro seria legal se o gasto já existisse, porém a Câmara não possui a despesa com este funcionário, portanto estaria onerando o Legislativo, o que seria totalmente contrário a Lei 173. O Presidente informou à colega que este Projeto está totalmente legal, tanto que foi apresentada com aval do Ministério Público. Segundo ele, essa lei ampara a contratação do Jovem Aprendiz caso a parceria com a ASPROM dê errado, porque tendo essa vaga de assessor parlamentar prevista em Lei será possível de qualquer forma colocar em execução o tão sonhado e necessário projeto do Jovem Aprendiz. Com a palavra o vereador Claudomiro Alves da Silva que disse respeitar o colega Dilton, porém não concorda com o pedido de vista, porque já tem quinze dias que todos receberam cópia deste projeto para análise, e cada um já sabe do seu voto, e não será adiando a votação que sua opinião mudará. O vereador José Felipe disse que o Regimento concede o direito de pedir vista, porém pede ao Presidente que coloque em deliberação do Plenário este pedido, para que assim todos possam manifestar sua opinião. Solicitada a opinião do

Assessor Jurídico este informou que a vista não é para modificar voto, mas sim um direito de cada parlamentar para entender melhor o processo legislativo que está sobre análise. No caso do vereador Dilton, a vista solicitada é para que ele na sua individualidade possa analisar melhor o Projeto. O pedido de vista é um direito de qualquer parlamentar, desde que o processo legislativo em questão não tenha se iniciado a votação. O jurídico da Casa, representado pelo advogado Dr. Gabriel Salema explica que constam no Regimento Interno no Artigo 131 os tópicos tratando do pedido de vista, portanto nele deixa claro que não há a submissão ao Plenário do pedido de vista, até porque é um direito subjetivo. Em seguida o Presidente informou a todos que aceita o pedido de vista do vereador Dilton para que ele tenha mais tempo para analisar referido projeto de lei nº 12. Finalizando a reunião o vereador Claudomiro Alves da Silva disse que irá analisar mais uma vez a Lei orgânica e o Regimento Interno, porque ele está nesta Casa a dois mandatos e todas às vezes o pedido de vista foi passado para análise de todo Plenário. Disse o Jurídico que será satisfatório analisar esta questão juntamente com o vereador, porém diante mão, salvo melhor juízo, não quer dizer que o passado se faz correto, mas quer deixar claro que perante o Regimento Interno, entendemos que o acatamento ao pedido de vista é de iniciativa do Presidente, diferente do pedido de

diligência, que este sim será apreciado por decisão do Plenário. Declarada por encerrada a reunião, eu, Vereadora Secretária da Mesa Diretora, lavrei a presente ata, que, depois de lida, se aprovada, segue assinada por todos os vereadores presentes.